



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 03

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
15 de Junho de 2024



Assembleia Municipal

ACTA N.º 3

-----Aos quinze dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de António Gonçalves Cardoso, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Érica Geraldês Castanheira e Luis da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário**, senhor deputado Luis Gomes, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----António Gonçalves Cardoso, Bruno Carlos Soares Ferreira, em substituição de Tyoga Macdonald, Érica Geraldês Castanheira, Luis Miguel Abreu Almeida, em substituição de Sara Pedroso, Luis da Silva Moreira Gomes, Christophe Rodrigues Coimbra, Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira, Maria José das Neves Fernandes Silva, Raul Agostinho Simões Martins, Helena Cristina da Gama Dias, Ivone Inês Almeida Sousa Borges, João Miguel Gaspar, em substituição de Vítor Almeida, António João Lopes, em substituição de Dora Lemos, José Miguel Nunes Duarte Marques, Margarida Teresa Gonçalves de Abranches Freire de Figueiredo, Ricardo Manuel do Amaral Pereira, José da Conceição Luis, em substituição de José Miguel Nunes e Bruno Alexandre Afonso Costa.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Tesoureiro da Junta de Freguesia de Arganil, Manuel José Martins Almeida; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Paulo Jorge Marques Carneiro; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Vítor Manuel Rodrigues Pedroso; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, António José Ventura Dias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro e Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho.-----

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Elisabete Oliveira, Filipe Frias, Paulo Teles Marques e Miguel Pinheiro.-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o **Primeiro Secretário**, senhora deputada Érica Castanheira, para referir que “Recebemos, da D. Celeste Vale, residente em Coimbra, carta de agradecimento pelos votos de condolências enviados pela Assembleia Municipal (Dr. Fernando Vale e Engº Fernando Vale).”-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Tyoga Macdonald, José Miguel Nunes, Sara Pedroso, Ana Maria Santos, Vítor Almeida, Dora Lemos, Rita Marques, Miguel Dias, M^a do Céu Paulino, Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

-----Faltaram ainda os senhores deputados Luis Miguel Fontinha e Mário Jorge Henriques e o Senhor Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, não tendo solicitado justificação das faltas.-----

PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO

-----Teve a palavra a Dr^a **Maria Fernandina da Costa Cerveira Dias Serra**, de Arganil para referir que “no passado dia 25 de Abril, por ocasião da celebração dos 50 anos da Democracia em Portugal, foi entregue nesta distinta Assembleia uma petição subscrita por 47 empresas da vila de Arganil e um abaixo-assinado, com a assinatura de 1099 cidadãos, contestando a decisão de deslocalização do Centro de Saúde e SUB Urgências, defendendo a manutenção desses serviços no local que actualmente ainda ocupam, razão pela qual venho em representação dessa petição, e dos peticionários, interpelar esta Assembleia no sentido de questionar qual a posição tomada pelos senhores deputados municipais em relação à mesma.-----

-----Por outro lado, e considerando as intervenções e posições públicas, tomadas pelos representantes pela Misericórdia de Arganil, nomeadamente no jornal A Comarca de Arganil, de 23 de Maio, e após as declarações proferidas nesta Assembleia Municipal de 25 de Abril, venho questionar o seguinte: em primeiro lugar, por que motivo é que o Senhor Presidente, na Assembleia de 25 de Abril justificou o novo Centro de Saúde porque não queria herdar o litígio da ARS com a Misericórdia, se sabia, pelo menos desde Janeiro, que não herdava esse litígio, pois fazia parte do clausulado do Auto de Transferência? Segundo, ocorreram ou não reuniões entre o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil e os representantes da Misericórdia, versando sobre a possibilidade de continuidade nos serviços de saúde no local que actualmente ocupam? Teve o Senhor Presidente da Câmara Municipal conhecimento ou não, da decisão da Assembleia Geral da Misericórdia, de aprovar a solução para a continuidade do Centro de Saúde e SUB na sua actual localização? Participou ou não na reunião tida no dia 3 de Maio com a ULS Coimbra, ARS Centro



Assembleia Municipal

e a Misericórdia, onde esta última deu nota da possibilidade de um processo judicial por incumprimento de compromissos antes firmados, após a saída do Centro de Saúde da actual localização? Foi ou não no decurso dessa reunião, questionado pelos representantes da Misericórdia para onde poderiam ser deslocalizadas as Urgências com a saída do actual local? Se sim, qual foi a resposta obtida junto do Senhor Presidente da ULS Coimbra? Os senhores deputados municipais e os senhores vereadores sabiam dessa reunião e do teor da mesma? Há ou não garantias cabais da continuidade do SUB Urgências no concelho de Arganil, após a deslocalização e saída do local onde hoje se encontram? Por outro lado, foi também publicamente divulgado, aos microfones da Rádio Clube de Arganil, no dia 31 de Maio, por representante da Misericórdia, que o Acordo de Transferência de Competências celebrado com a autarquia, estabelecia que será inscrito em PRR a verba necessária para a construção de um novo Centro de Saúde, incluindo a área necessária para todas as valências actuais em terreno a providenciar pelo município, pelo que se questiona: foi explicado aos senhores deputados municipais quais as valências do Centro de Saúde, na Assembleia Municipal de Dezembro de 2023 e que a SUB Urgência passou a estar, entretanto, na dependência da ULS de Coimbra, sendo respostas diferenciadas e distintas, como sempre foram, não podendo afirmar-se, por essa ordem de razão, que a SUB Urgência é uma valência do Centro de Saúde? Confirma-se ou não a aquisição de terreno localizado perto da Capela de S. Pedro, monumento nacional? E o negócio inclui troca ou permuta de terrenos? E de onde provém a verba para assegurar a concretização desse negócio, uma vez que tal não cabe no PRR, na medida em que é uma responsabilidade da autarquia assegurar o terreno? Da mesma forma, de onde virá a verba para pagar a indemnização à Misericórdia, pelo incumprimento do contrato em vigor? A que montantes ascenderá o custo de tudo isto? Quantos milhões?-----
-----Por fim, gostava de dizer que nunca me considereei uma pessoa mentirosa. Posso dizer-lhe que nem foi essa a fama que criei durante os quase 50 anos que trabalho junto do povo do município de Arganil. Na verdade, e se bem escutei na Assembleia de 25 de Abril, foi assim que fui conotada por Vossa Excelência, o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Queira pois V. Ex^a dizer-me onde terei eu mentido, quando apenas manifestei publicamente e em nome de tantos arganilenses, as nossas legítimas preocupações, que pelo que tenho ouvido e lido, estão hoje cada vez mais presentes e esclareça-nos para não haver mentiras. Eu, como tantos outros comerciantes, temos negócios legítimos, lutamos pela sustentabilidade, criamos emprego, e investimos nesta terra; outros assim o fizessem e essa legitimidade, conjuntamente com a das pessoas anónimas da região, que infelizmente necessitam de cuidados de saúde, faz-nos questionar sobre qual o futuro da saúde no concelho. Obrigada.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “as perguntas que faz, penso que deviam ser dirigidas à Santa Casa da Misericórdia,



Assembleia Municipal

à ARS e se calhar ao Tribunal, para fazer o ponto da situação, para saber como é que está o assunto, no entanto, passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para lhe responder ao que possa.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que “se há temas que têm sido profundamente discutidos, abordados, e responsabilmente tratados, em nome dos interesses de todos, em nome dos interesses de Arganil, admitindo que numa situação ou noutra, os interesses de todos possam prejudicar os interesses de um grupo, este assunto é um deles, pois vem sendo discutido e conversado em sede de Assembleia Municipal, com total transparência e com total abertura, desde Março do ano passado, seguramente há mais de ano e meio e culminou em decisões tomadas por unanimidade, tomadas quer em sede de reunião de Câmara, quer em sede de Assembleia Municipal, no mês de Dezembro de 2023. Se há um assunto que nos une a todos politicamente, aquilo que está relacionado com o processo da descentralização de competências e com aquilo que é o caminho para o futuro da saúde no concelho, este é inequivocamente um deles. Quero clarificar, mais uma vez, porque é essa no fundo a névoa ou o nevoeiro que querem lançar, que deste processo de descentralização de competências, como também foi clarificado desde a primeira hora, fazem parte, como não podia deixar de ser, quer o Centro de Saúde quer o Serviço de Urgência Básico; isso é inequívoco, aliás, devo dizer e já o partilhei em sede de reunião de Câmara, que em determinado momento, no âmbito de um fórum alargado em que participam todos os Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e em que participa também o Conselho de Administração da ULS, foi o próprio Presidente do Conselho de Administração da ULS, que venceu, de uma forma muito clara, que relativamente ao SUB de Arganil, não passa pela cabeça de ninguém, e quero sublinhar isto, que ele possa ser retirado do nosso concelho, que possa ser retirado de Arganil; isso é um não assunto, é um fantasma que volta e meia tentam acenar, mas que é um fantasma que não faz sentido e é um fantasma que se fundamenta obviamente e manifestamente num pressuposto de mentira. Em relação a esse assunto quero ser muito claro, como fui sempre muito claro neste órgão. Todos os senhores deputados municipais e todos os senhores vereadores têm conhecimento daquilo que foi o desenvolvimento deste processo e daquilo que foi o seu desfecho. O histórico é por demais conhecido de todos, ele foi sendo participado ao longo de cerca de um ano, até Dezembro de 2023 por todos, portanto não há qualquer questão que se ofereça a grandes comentários.”-----

-----Quanto àquilo que é o essencial e que é o foco da nossa actividade e que é o foco do nosso trabalho e é isso que também caracteriza os resultados que obtemos, quando em Dezembro se concretizou este processo, do ponto de vista deliberativo, quando o Ministério da Saúde disse que há um problema, e isso consta do Auto de Transferência, entre a Administração Regional de Saúde e a Misericórdia, a Câmara não tem rigorosamente nada a ver com isso, tal como nós vínhamos a dizer ao longo



Assembleia Municipal

do tempo, a solução é óbvia e simples, o Ministério da Saúde assegura financiamento para um novo equipamento e vocês ficam de fora deste processo. Resumidamente, foi isto que aconteceu e foi com estes pressupostos que fizemos aquilo que tínhamos que fazer, que não é entretenimento com um não assunto, mas é objectivamente prosseguir com o caminho que está definido. Do ponto de vista de nova localização houve também uma concordância que aquela que fazia sentido seria uma localização entre o centro da vila e no máximo a rotunda de S. Pedro, portanto um eixo com cerca de 1800 metros, e seria ao longo deste eixo que teríamos que encontrar um terreno, com área que considerámos que tinha que ser no mínimo de 10 mil metros quadrados, que devia ter capacidade de estacionamento, devia ter espaço verde, devia ter possibilidade de ter um equipamento com características modernas e que dêem resposta eficaz a quem procura o nosso concelho, quer sejam os nossos munícipes quer sejam os munícipes dos concelhos que nos circundam, quando recorrem aos serviços de saúde. Foi este o pressuposto, um terreno com as características que referi, com pelo menos cinco mil metros quadrados de espaço classificado como terreno urbano útil para construção e paralelo a esta via que nos liga em direção ao Sarzedo. Foi aberto um concurso público, havia várias possibilidades que tínhamos identificado de uma forma preliminar neste eixo, foi um processo público, publicitado, teve apreciação técnica, tem uma solução e é o terreno que se localiza onde foi antigamente uma fábrica de resinas e onde está hoje um estaleiro de materiais de construção. É uma oportunidade não apenas para termos um equipamento moderno eficaz com uma localização adequada ao serviço que presta, mas também uma oportunidade para mudar aquilo que neste momento é um espaço degradado, que não é bonito, e que certamente ficará com outro tipo de enquadramento e de tratamento paisagístico. Posso também acrescentar que paralelamente a este processo de aquisição de terreno também decorreu um concurso público para contratação de projecto de execução, já foi celebrado o respectivo contrato para a sua elaboração. Paralelamente foi já também aprovada a candidatura submetida para o financiamento, foi também já assinado o respectivo Auto na CCDRC. É um processo que está a decorrer no sentido da solução que foi definida pelos órgãos democraticamente eleitos.”-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para “apresentar um voto de pesar pelo falecimento do pai e sogro dos deputados desta Assembleia Christophe Coimbra e Ricardo Pereira, respectivamente, o Senhor Alfredo Martins Coimbra e um outro pelo falecimento do sobrinho do Senhor



Assembleia Municipal

Presidente da Junta de Freguesia do Piódão, o jovem Jorge Miguel Fontinha Ribeiro, que morreu num acidente. Lamentamos que isto tenha acontecido.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “as minhas primeiras palavras são para agradecer o voto de pesar e as palavras que me dirigiu a mim e ao meu cunhado pelo falecimento do meu pai. Muito obrigado.-----

-----Quero, neste periodo antes da ordem do dia, trazer dois temas a esta Assembleia: o primeiro, a XVII Feira das Freguesias de Arganil. Este é um evento que trago recorrentemente à nossa Assembleia. No ano passado referi-me a este evento dizendo "Esta feira não é o magret, o soufflé ou o filet mignon. Esta feira é o bucho, é a chanfana, é o cabrito, são os torresmos, são as favas e o arroz de fressura. É também o arroz doce, os coscoréis e a tigelada. Comida tradicional, com muita qualidade e sem que o interesse económico seja o único propósito de quem a serve, é uma receita ganhadora da qual só podemos repetir.” E repetimos. Repetimos e mantivemos o nível deste evento bem alto. São já 17 edições de um evento que se afirmou de forma gradual em Arganil desde a ideia inovadora em que assentou a 1ª edição até se tornar a expressão maior da dinâmica e da capacidade do nosso associativismo.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Paulo Costa, definiu recentemente este evento como sendo um evento 100% Arganil. Não conseguiria defini-lo de melhor forma. Sob organização do Município de Arganil, as Freguesias deste concelho, mostram com recurso às suas associações e colectividades, o vasto património gastronómico do nosso território. Para complementar, a música e o folclore também eles promovido por agentes locais, encarregam-se de alegrar e animar todos os presentes.-----

-----O Paço Grande é o local certo, disso hoje, acho que ninguém tem dúvidas. Do ponto de vista prático o evento ganhou dimensão, ganhou qualidade, ganhou comodidade e conforto. Do ponto de vista simbólico trouxe o associativismo para um evento “paredes meias” com o seu berço em Arganil, a Casa das Colectividades. E é por aqui que faço a ligação para deixar, sobre este tema, uma ligeira correcção, que a meu ver se impõe, relativamente ao que é dito no espaço da oposição no boletim Municipal. Onde podemos ler (início de citação) “nunca é demais referir que o apoio dado a todas elas tem de ser reforçado de forma a que as mesmas possam exercer a sua actividade ao mais alto nível”, (fim de citação), pela evolução crescente muito significativa do volume de apoios registados ao associativismo em particular desde 2021 e pela muito importante implementação do novo Regulamento Municipal para a concessão de Benefícios Públicos, que veio trazer equidade e justiça na distribuição desses apoios, eu diria então: que nunca é de mais referir que o apoio dado a todas elas tem vindo a ser continuamente reforçado e que também por esse facto as mesmas exercem a sua actividade ao mais alto nível.-----

-----Foi realmente de alto nível a nossa Feira das Freguesias. Só deixa de ser um evento 100% Arganil se olharmos para quem a visita e dela usufruiu. Os



Assembleia Municipal

consumidores deste evento há muito que extravasaram os limites do nosso concelho. À Câmara Municipal de Arganil, a todas as Juntas e Uniões de Freguesia e a todas as Associações e Colectividades envolvidas, deixo uns justos e merecidos Parabéns e Obrigado. E claro, para o ano, é para repetir.-----

-----O segundo tema é sobre a Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha. Acredito que seja um tema que também a nossa oposição quererá trazer a esta Assembleia. Acredito também que o venhamos a apresentar de formas diferentes, não defendêssemos nós posições contrárias, mas tenho fé, sim, porque continuo a ser um homem de fé, que o nosso interesse e objectivo no final, sejamos de esquerda, de direita, ou do centro, de quem governa ou de quem está na oposição, seja o mesmo: ver a Relvinha ocupada por empresas em laboração. Esse é certamente o final desejado. Mas qual é o caminho que nos leva lá, e quanto desse caminho já percorremos? Essa sim, é para mim, nesta fase, a questão que mais importa colocar.-----

-----Porque vivenciei por dentro aquilo que é um processo de construção de um edifício industrial de alguma envergadura, sem se tratar sequer de uma empresa recém-constituída nem tão pouco de uma infra-estrutura totalmente nova. Porque implementar empresas credíveis e com potencial estratégico para a região e para Arganil em particular não é tão fácil como jantar um bom prato na Feira das Freguesias de Arganil. Porque motivar investimento em escala num País onde a economia é cronicamente amorfa, onde a carga fiscal é um incentivo à fuga e não à fixação, onde a burocracia é Senhora, onde a transição de quadros comunitários demora quase tanto como a sua duração, onde o preço da construção está tudo menos convidativo. Por tudo isto e muito mais, não consigo, ao fim de 18 meses, ver este investimento como um investimento degradado ou desperdiçado. E muito menos caracterizar de lentos aqueles que ali já constroem. Podemos e devemos por exemplo recordar que neste mesmo País se demora mais de 50 anos para decidir a localização de um aeroporto. 18 meses nunca será um prazo razoável para análise de resultados num investimento desta envergadura. A Relvinha continua a ser, a meu ver, um dos nossos principais activos. Um investimento feito na altura certa e que será a médio prazo um garante de um futuro melhor para o nosso território.-----

-----Senhor Presidente, Dr. Luís Paulo Costa, dentro daquilo que é obviamente informação que possa partilhar connosco, porque este executivo já nos demonstrou em diversos assuntos que é possível fazer diferente para melhor em Arganil e porque se o futuro for já amanhã e não daqui a um ano, ficamos todos obviamente mais felizes, questiono-o: há, nesta fase, alguma evolução significativa relativa à fixação ou à intenção de fixação de novas empresas na Relvinha? Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “antes de mais, quero associar-me às notas de pesar pelo falecimento dos familiares dos deputados e dar um abraço fraterno a todos vocês.”-----



Assembleia Municipal

-----Quero começar por trazer um assunto que nos deixa bastante preocupados, que é a situação das águas contaminadas provenientes da Zona Industrial da Relvinha.---

-----Esta situação já aqui vem sido falada desde Junho de 2023 e até ao momento continua por resolver. Não tenhamos a menor dúvida que se trata de um problema de saúde pública e por isso mesmo é urgente arranjar uma solução definitiva.-----

-----O Senhor Presidente informou que este problema só se resolve com a reabilitação da ETAR. Pergunto, já foram iniciadas as obras de reabilitação da ETAR? Quando é que se prevê que esta situação fique resolvida?-----

-----Um outro assunto que quero abordar é sobre a nova Zona Industrial da Relvinha propriamente dita; o Senhor Presidente recentemente deu uma entrevista a um meio de comunicação social onde menciona que o projecto da Zona Industrial está a decorrer sem quaisquer falhas, dizendo ainda que é um processo de longo prazo, **10 a 12 anos**.-----

-----Em Dezembro de 2022, aquando da notícia do “Alargamento do Metrobus a Arganil aprovado pela Câmara Municipal” o Senhor Presidente diz, e passo a citar *“Atendendo à ampliação da nova Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha, estimamos que em 5, 6 anos tenhamos mais de 1000 pessoas a trabalhar em Arganil, pelo que levar o traçado até àquela zona poderia ser muito importante ao nível da população servida”*.-----

-----Em que ficamos?! De 5, 6 anos em 2022, passamos para o dobro dos anos em 2024?!-----

-----Aquilo que me parece, é que a estratégia delineada para a atração de novas empresas para a nova Zona Industrial falhou. Perante isto, pergunto se o Senhor Presidente já reformulou a estratégia para a atração de novas empresas ou se simplesmente vai prolongando o tempo do dito “processo”?-----

-----Um terceiro assunto, relativamente ao Teatro Alves Coelho, e após verificarmos que em Dezembro de 2023, no orçamento, estava contemplada uma rubrica sobre a Reabilitação e Requalificação do Teatro Alves Coelho, nomeadamente Projecto de Execução, Eficiência Energética e Regeneração Urbana, gostaria que o Senhor Presidente nos informasse quando está previsto o início das obras de reabilitação.---

-----Por fim, refiro-me à Ciclovía Secarias – Maladão. Há precisamente 2 anos, questionei o Senhor Presidente sobre a candidatura do projecto da criação de uma rede ciclável urbana entre Secarias e Maladão. Informou-nos na altura que a candidatura não foi aprovada. Aquilo que gostaria de saber é se o Município desistiu deste projecto ou se pretende voltar a efectuar uma nova candidatura?-----

-----Relembro que, no que diz respeito à rede ciclável urbana no concelho de Arganil, é praticamente nula. É totalmente contraditório promover o uso da bicicleta nas escolas ou em projectos relacionados, sem haver qualquer km de rede ciclável disponível para os alunos e a comunidade utilizarem de forma segura e eficaz.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Marques** para dizer que “pretendo, de forma muito breve, abordar um assunto já aqui trazido à Assembleia noutras sessões anteriores, nomeadamente neste periodo que antecede o Verão.-----

-----Refiro-me ao trabalho desenvolvido pelo nosso município ao nível da atração turística, e que assente numa estratégia eficaz e consistente de promoção do nosso território, tem permitido a constante melhoria das condições de utilização e valorização dos nossos espaços naturais, o que, diga-se, tem ajudado a captar cada vez mais pessoas para o nosso concelho.-----

-----Porém, não só de produto turístico vive o próprio turismo. E por isso, verifico também, com muita satisfação que especialmente nos meses de Junho a Setembro que o nosso concelho vibra com os espectáculos de animação nos seus mais diversos formatos, e que fazem com que o nosso território seja uma excelente alternativa aos destinos mais atlânticos, onde o turismo de massas, apesar das suas seduções, conduz à aglomeração mais desenfreada de pessoas.-----

-----Mas nesta época balnear, e voltando um pouco atrás, há uma notícia que a todos nos deve orgulhar: a inauguração do icónico espaço da Peneda da Talhada, que vai acontecer precisamente hoje à tarde. E que sítio deslumbrante que é: é assim que o posso caracterizar. De facto, a requalificação da zona de lazer da Peneda da Talhada, antiga e legítima aspiração dos arganilenses, consegue conciliar a modernidade do bar, balneários e equipamento de apoio com a beleza original da área natural ali existente. Parabéns, por isso, ao Executivo e a todos quantos contribuíram para mais esta extraordinária requalificação. Mas, quero salientar que hoje, no nosso concelho, não nos faltam muitas e boas opções para aproveitar a água fresca do rio, para descansar ou para nadar, para apanhar um pouco de sol ou desfrutar da sombra de uma árvore, enfim, para usufruir da natureza nestes dias mais longos que a estação nos proporciona.-----

-----Seja na Praia Fluvial Da Cascalheira da freguesia das Secarias ou na Praia Fluvial de Côja, ambas detentoras da exigente Bandeira Azul, algo sempre importante de salientar. Mas também na Zona Balnear do Urtigal, no Barril de Alva ou mais adiante junto à ponte, na Benfeita, na Praia Fluvial do Piódão e na Foz d'Égua, na zona balnear do Agroal (em Pomares), na freguesia de Cepos - no Poço da Cesta (lugar absolutamente mágico), em Folques, na zona balnear do Valeiro do Barco, no Sarzedo, zona esta que tem tido uma importante valorização nos últimos anos, e que agora poderá também beneficiar da requalificação do Parque de Campismo, e saliento ainda a freguesia de S. Martinho da Cortiça, que aproveitando as condições proporcionadas pela Barragem das Fronhas, está a valorizar a zona de lazer da Volta da Lomba. Em todos estes locais, sem falar nas várias piscinas existentes no concelho, todos temos à disposição Arganil no seu melhor, um verdadeiro lugar para os sentidos.-----

-----Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados:-----

-----Tenho, como vêem, planos para as férias que se aproximam! Mas acima de tudo, como munícipe, apraz-me verificar que se prepara mais uma época balnear de



Assembleia Municipal

intensa afluência às nossas praias fluviais e zonas de lazer, espaços que tanto encantam os arganilenses mas também os muitos turistas e todos aqueles que acorrem ao Ceira e ao Alva, lugares onde ao fim da tarde, a luz do sol se extingue ao canto dos melros, e o luar emerge entre o relar das rãs que habitam as margens dos nossos rios. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para referir que “no seguimento da poética mas também muito verdadeira intervenção do meu colega de bancada, gostaria de colocar uma questão que tem a ver com a qualidade da água dos rios; gostaria de perguntar qual o ponto de situação relativamente ao combate às plantas invasoras, infestantes, não sei bem qual o termo técnico que se dá àquela espécie de plantas que se vêem à superfície do Rio Alva e que têm motivado alguns contactos de pessoas que me perguntaram se eu sabia de alguma coisa; eu comprometi-me a trazer este assunto aqui hoje e gostaria de saber se já existe alguma movimentação no terreno. Muito obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Raul Martins** para referir que “associo-me às notas de pesar que aqui foram apresentadas, manifestando aos familiares as minhas sinceras condolências pelas perdas dos seus entes queridos.”-----

-----Relativamente ao assunto que pretendo abordar tem a ver com o ponto de situação sobre a deslocalização do Centro de Saúde que, de certa maneira, já foi aqui respondido, mas ainda assim, não gostaria deixar de fazer a minha comunicação.”-----

-----O processo de descentralização de competências para os municípios, enquadrado pela Lei 50/2018 e pelo DL 23/2019, neste caso especificamente para área da saúde, levou à assunção de um conjunto de responsabilidades adicionais por parte das autarquias e concretamente por parte desta Câmara Municipal.”-----

-----Como é do conhecimento público, a deslocalização do Centro de Saúde tem-se revelado um tema sensível, que tem vindo a motivar algumas manifestações de preocupação por parte de pessoas e entidades, nomeadamente no que respeita à definição da localização e ao eventual risco de perda do serviço de urgências.”-----

-----Importa relembrar que todo este processo teve como ponto de partida a imposição, por parte do Ministério da Saúde e da ARS do Centro, da construção de um novo Centro de Saúde, dando-se como garantida a manutenção de todos os serviços de saúde actualmente existentes, e que muito diferenciam e valorizam Arganil, conforme o Senhor Presidente da Câmara teve oportunidade de transmitir reiteradamente.”-----

-----Entretanto, já é conhecida a Adenda ao Auto de Transferência 21/2023, que salvaguarda explicitamente a construção de um novo edifício que mantenha todas as valências do actual Centro de Saúde, parecendo, contudo, ser omissa sobre o serviço de urgências, muito embora considerando as garantias dadas inclusivamente hoje pelo Senhor Presidente da Câmara.”-----



Assembleia Municipal

-----Na realidade, a reorganização recente do Serviço Nacional de Saúde originou a criação das Unidades Locais de Saúde, tendo como pedra angular a integração de cuidados e, embora não sendo fácil delimitar conceptualmente esta expressão, na prática verifica-se que há uma dimensão estrutural que originou de facto a integração vertical do SUB na ULS.-----

-----Naturalmente que não restavam dúvidas de que a resposta de saúde preventiva dada pelo Centro de Saúde se distingue da resposta dada pelo SUB, que é o primeiro nível de acolhimento e de estabilização de situações de urgência, numa maior proximidade com a população.-----

-----Por conseguinte, Senhor Presidente da Câmara, vinha solicitar que nos pudesse habilitar com a informação possível sobre a localização do novo equipamento e calendarização de execução, mas também sobre o modo como o SUB se articulará e integrará no novo Centro de Saúde, estando em crer que estas informações reforçarão certamente a clarificação deste assunto e contribuirão também para tranquilizar as pessoas, que é o que se pretende. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **António João Lopes** para referir que “hoje trago dois assuntos que me parecem extremamente interessantes. Um deles era debater nesta Assembleia, porque somos nós todos responsáveis por participar nessa ação de natureza social, debater como é que é possível acontecer aquela tragédia no Sarzedo, onde um ser humano esteve completamente abandonado durante um certo tempo, que li nos jornais em Lisboa, de 4 anos; abandonado, depois de ter morrido completamente sozinho. Estamos num concelho em que o nível de idade começa a ser bastante alta e exige da nossa parte atenção; por isso nós, responsáveis pela vida no município, temos de olhar um pouco mais para todo o ambiente que leva a que se criem condições para acompanhar muito mais todas as pessoas que por qualquer natureza ou vivem sozinhos ou vivem abandonados; até me parece que o Sarzedo, por ser uma povoação relativamente aglutinada, com habitações não muito longe umas das outras, como acontece noutras freguesias, noutras aldeias, acho de admirar como foi possível numa terra onde as habitações são tão juntas ter-se permitido um acontecimento desta natureza. Fiquei também admirado por não ter visto, até agora, debates ao nível dos jornais, da rádio, do Boletim da Câmara, Boletim este que fica completamente cheio com fotografias por vezes por terem alcatroado meia dúzia de metros na rua do amigo, neste local ou naquele, e no qual podíamos realmente trazer debates com gente com saber, com capacidade para dinamizar o convívio entre todos, para quando houvesse alguém mais débil socialmente poder ser acompanhado por vizinhos, amigos, familiares, enfim, uma infinidade de outros habitantes com boa vontade. Por isso eu propunha que este assunto fosse debatido, gostaria até de conhecer a realidade porque em Lisboa vieram ter comigo algumas pessoas e eu não fui capaz de lhes dar uma informação cabal, pois tentei saber de uma forma cabal junto de alguns amigos, mas esses dados não foram suficientes. Temos demasiado egoísmo e esquecemos que



Assembleia Municipal

somos uma geração pensante, ou devíamos ser capazes de ser pensantes, tendo em vista um melhor e maior convívio entre todos, de forma a que não deixássemos ninguém completamente abandonado. Eu proponha que o município tentasse fazer uma conferência, um debate, em que juntasse todas as estruturas oficiais, que têm poder para isso, como GNR, pessoas das estruturas religiosas, tenho ideia que em Arganil há vários elementos de religiões diferentes, juntar os elementos da Assembleia Municipal, a estrutura social, se houver algum vereador com trabalho nessa área, de forma a que pudéssemos criar constantemente debates em volta desse tema, de forma a que na mentalidade de cada um de nós se criassem, a pouco e pouco, desenvolvimentos para podermos apoiar aqueles que têm menos possibilidades, de natureza social e económica, porque cada vez mais isso vai ser frequente. Ainda há poucos meses também apareceu em Côja, numa habitação em que vivia uma pessoa isolada, foram lá elementos do Centro Social e verificaram que a pessoa estava morta, mas nesse caso foi próximo da morte da pessoa, pois iam levar-lhe o almoço; neste caso ouvi dizer que foram 4 anos, por isso eu proponha que a Câmara Municipal criasse condições para frequentemente esses assuntos serem debatidos na rádio, nos jornais, porque na realidade, a juventude vai embora e ficam cá só os idosos, e cada vez mais isolados e não protegidos. Essa era a minha proposta de natureza social.-----

-----De natureza económica queria lembrar que aqui perto, em Tondela, têm zonas de mato como temos aqui na serra, e têm um festival do cabrito, que resulta de rebanhos que eles têm naquela zona, como nós podíamos ter, pois é uma riqueza ter este mato; este mato corresponde a ouro e nós permitimos que ele arda de dez em dez anos, quando se acumulam condições para isso. Andamos a dizer que somos um país pobre, somos um país pobre mas é mentalmente, não é em meios. Festivais que não conduzam a riqueza, sou contra, eu prefiro festivais que conduzam à criação de riqueza económica e intelectual.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “lembro que nos Cepos há um capril e também temos a Feira das Freguesias para provar um bom cabrito; é o nosso festival. Relativamente ao primeiro assunto que abordou, queria dizer-lhe que não está bem informado, não está dentro da situação. Fazendo parte desta Assembleia, sabe que há uma Junta de Freguesia, podia telefonar para a Junta de Freguesia e davam-lhe a informação concreta daquilo que se passou em relação ao assunto no Sarzedo. Todos lamentamos o que aconteceu, mas foi feito um trabalho de reflexão nessa altura, é bom que saiba que o Sarzedo tem um Centro Social ali ao lado, muito perto da casa onde o senhor morava e que faz um trabalho extraordinário no Sarzedo; aconteceu como acontece em qualquer outro lado. Há factores que determinaram como isto aconteceu e que estão devidamente analisados.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Piódão** para “abordar dois assuntos. O primeiro, para dizer que tivemos conhecimento que brevemente irão iniciar obras em Foz d’Égua, na ponte suspensa e na zona envolvente à praia fluvial. Fiquei um pouco desapontado com a questão do projecto não incluir uns sanitários públicos. Pelo conhecimento que temos, durante o ano, principalmente no Verão, são milhares de pessoas que visitam aquela área, cada vez há mais percursos pedestres naquela zona, muita gente vai lá e vão-se queixando que faz falta ali uns sanitários públicos e pensei que isso iria ser incluído no projecto, mas parece-me que isso não é possível porque o Ministério do Ambiente diz que não autoriza. Penso que fazendo ali uma fossa, que periodicamente fosse limpa, isso era possível, mas não sou especialista nessa matéria, no entanto gostaria que me explicassem porque é que nalguns lados se faz isso e ali não é possível; depois vemos aquela situação desagradável na zona envolvente à praia fluvial, onde as pessoas fazem as necessidades e deixam papel por todo o lado, não é nada agradável. Desagradou-me muito não estar incluído nesse projecto uns sanitários públicos.-----

-----A segunda nota é para agradecer os votos de pesar pelo falecimento dos familiares dos elementos desta Assembleia, no que me toca a mim, pelo meu sobrinho; é daquelas surpresas com que não contamos, não tem sido fácil, tem sido duro, penso que alguns dos presentes se lembram que eu, há mais de uma década que venho falando naquela estrada entre Piódão e Vide, que está num estado vergonhoso, lastimável, não dignifica nada, é uma ligação das mais importantes entre a Serra da Estrela e Piódão. Já fiz algumas reuniões com anteriores Presidentes da Câmara e com o actual, também com Seia e com a Junta de Freguesia de Vide, mas até agora pouco se fez. Aquele acidente, se ali existisse um simples raid de proteção, tinha salvo a vida àquele jovem. Um jovem com 20 anos, a iniciar um projecto de vida, não é por ser da minha família, mas custa muito; já somos tão poucos habitantes no Piódão, foi mais um que foi embora, desta forma trágica. Lamento muito, espero que num futuro próximo se consiga fazer alguma coisa naquela estrada, porque passam ali centenas para não dizer milhares de pessoas durante o ano, principalmente de autocarro, e as pessoas às vezes chegam ao Piódão assustadas, e queixam-se da estrada. Espero que isto sirva de alerta para que se faça alguma coisa, para que não tenhamos daqui a uns tempos que lamentar mais algum acidente grave ou que vá algum autocarro parar a alguma ribanceira e que a desgraça ainda seja maior. Até me faltam palavras para dizer mais alguma coisa. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Ricardo Pereira** para dizer que “começo por agradecer os votos de pesar que me foram dirigidos e aos outros elementos familiares e quero também dar um abraço de condolências ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Piódão.-----

-----No passado dia 10 de Maio, realizou-se mais uma edição do Rally de Portugal.--



Assembleia Municipal

-----Para além da dupla passagem pelo troço de Arganil, com muitos minutos de visualização nos Órgãos de Comunicação Social, quer em directo, quer em diferido ou em reportagem, tivemos ainda o FlexiService, no Sub-Paço.-----

-----Para mim, que estava na Classificativa, a sensação que tive foi que este ano estava um número superior de aficionados no troço de Arganil.-----

-----Tive depois essa confirmação ao rever as imagens em casa e nas reportagens televisivas que não só no troço, mas também no Sub-Paço havia muita gente a assistir à passagem dos bólides por esta vila. Mas esse acréscimo de público acarreta o risco do aumento de resíduos deixados na nossa linda serra. Eu vi, in loco, o esforço da autarquia na colocação de sacos de reciclagem e de lixo nas zonas de público, mas continua a haver muitos seres andantes, para não lhes chamar outra coisa, que deixam os montes de garrafas de vidro e de lixo no sítio onde estiveram, não se dando ao trabalho de fazer uns metros para os depositarem nos devidos locais.-----

-----Vi no boletim municipal a preocupação do município na recolha desses resíduos e na sua reutilização com a ERSUC. A verba angariada seria para a Casa dos Afectos da APPACDM de Arganil. Senhor Presidente questiono-o se já tem esse valor apurado?-----

-----Este ano quem entrava em Arganil para ir até à Serra do Açor, tinha a bela surpresa da réplica do Salto de Arganil com a não menos famosa 4L de Arganil. Se está perfeita? Não. Mesmo as boas ideias têm sempre algo a melhorar. Mas finalmente algo que identifica Arganil e o seu Rali na porta de entrada da Vila. Esperemos que se mantenha intacta muito tempo.-----

-----Parabéns Dr. Luis Paulo Costa por continuar, como os famosos cabeçudos beirões, a defender o nosso concelho, a investir neste concelho, a levar o nome de Arganil aos quatro cantos do mundo.-----

-----O Acordo entre o ACP e o Promotor do Evento foi prolongado até 2026. Esperemos que no futuro, o Rally de Portugal continue a passar e parar em Arganil. Pois, Arganil tem Futuro, de preferência com Rally. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Bruno Costa** para “aliar-me ao voto de pesar para com os meus colegas de bancada e também para o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Piódão.-----

-----É com imensa honra e satisfação que me dirijo a esta assembleia para enaltecer uma notícia que enche de orgulho o nosso município e, em particular, a nossa querida aldeia de Piódão.-----

-----O projecto de recuperação do Largo e do Posto de Turismo de Piódão foi seleccionado como finalista do prestigiado Prémio Mies van der Rohe, um dos mais importantes reconhecimentos na arquitectura europeia contemporânea e soube-se ontem através do site do Município, vencedor do Prémio Ibérico FAD na categoria Cidade e Paisagem.-----



Assembleia Municipal

-----Este reconhecimento é o testemunho do trabalho excepcional realizado na recuperação e revitalização destes espaços, que são vitais para a vida comunitária e para o acolhimento dos visitantes. O Largo de Piódão, com sua beleza singular e seu papel central na vida da aldeia, e o Posto de Turismo, como porta de entrada e ponto de informação para os turistas, representam não só o coração da nossa comunidade, mas também a nossa capacidade de combinar tradição com inovação.-----

-----Permitam-me destacar alguns pontos que fazem deste projecto uma referência exemplar:-----

---**Respeito pela Identidade Local:** A recuperação do Largo e do Posto de Turismo foi conduzida com um profundo respeito pelas características arquitectónicas e culturais de Piódão. As intervenções foram cuidadosamente planeadas para manter a autenticidade e a integridade da aldeia, utilizando materiais e técnicas tradicionais que se harmonizam perfeitamente com o ambiente histórico.-----

---**Inovação e Funcionalidade:** Além de preservar a herança cultural, o projecto introduziu elementos inovadores que melhoram a funcionalidade e a acessibilidade dos espaços. O novo Posto de Turismo, por exemplo, foi concebido para oferecer um serviço mais eficiente e acolhedor, ao mesmo tempo que se integra discretamente na paisagem arquitectónica existente.-----

---**Sustentabilidade:** O projecto de Piódão foi exemplar neste aspecto, implementando soluções que minimizam o impacto ambiental e promovem a eficiência energética, demonstrando que é possível conjugar desenvolvimento e preservação ambiental.-----

-----Este reconhecimento pelo Prémio Mies van der Rohe e pelo FAD coloca Piódão numa posição de destaque no panorama da arquitectura europeia e traz consigo várias oportunidades e desafios que devemos saber aproveitar e enfrentar com responsabilidade.-----

-----O reconhecimento do projecto de recuperação do Largo e do Posto de Turismo de Piódão como finalista do Prémio Mies van der Rohe foi motivo de celebração, celebração esta que ocorreu no passado dia 1 de Junho naquele mesmo espaço agora renovado.-----

-----O evento que teve a presença dos arquitectos responsáveis pela criação, de diversos arquitectos do panorama nacional e internacional e demais entidades convidadas centrou-se num debate que desafiou os intervenientes a discutir os passos e motivações que é necessário seguir para criar uma obra que apesar de tão simplista gere tanto consenso e reconhecimento.-----

-----Como Arganilense agradeço a todos os envolvidos neste projecto pelo seu empenho e dedicação e por continuarem a garantirem que a nossa aldeia continua a ser um exemplo brilhante de harmonia entre tradição e modernidade e que este sejam os primeiros de muitos reconhecimentos que possam advir desta intervenção que segundo sei se encontra nomeada para mais prémios Nacionais e Internacionais. Muito obrigado pela atenção."-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para dizer que “o assunto que quero abordar diz respeito à sinalética no IC6, na área territorial do nosso concelho. Ou melhor, o que eu quero referir é a falta dessa sinalização. Se repararmos, para quem vem de Coimbra, já no concelho de Penacova, temos a indicação, na sinalética vertical e horizontal, de Barragem da Aguieira. Ora, no nosso concelho, também temos a Barragem das Fronhas. Não existe qualquer sinalização no IC6 a indicar a Barragem das Fronhas. Embora não tendo a importância que tem a Barragem da Aguieira, contudo é um ponto de importância para o turismo e para a valorização de toda aquela zona. Por outro lado, também mais à frente, na sinalização quer horizontal, quer vertical, existe a indicação da EN 342-4, em direção a Arganil. Creio que falta aí a indicação de Piódão conforme existe mais à frente, na saída para Côja. Eu acho que é importante a existência de indicação de Piódão em direção a Arganil. Se temos em Arganil sinalética indicando Piódão passando por Côja, em direção à serra, a Cepos, acho que é de primordial importância ter a indicação para que as pessoas tomem as seguintes opções, quem vem de Sul podem primeiro entrar em Arganil e depois seguir em direção a Côja para Piódão e também tomar a outra opção para quem vai para o Piódão via serra, via Cepos. Eu acho que isto faz algum sentido. E por outro lado, traria algum movimento, mais movimento, para Arganil. E de certo modo, talvez, fizesse calar alguns Velhos do Restelo, que dizem que o comércio está a morrer, que Arganil não tem gente. Seria talvez uma forma expedita de canalizar parte do movimento turístico para Arganil. Porque eu penso que Arganil não está a morrer, porque se não tivesse actividade comercial, também não se instalavam aqui três grandes superfícies. Portanto, é porque há gente, é porque há capacidade económica e, portanto, pode vir mais gente, mas o comércio também tem que se modernizar. E o comércio, pelos vistos, nestes últimos tempos, tem estado de uma forma estática numa não-renovação que é preciso fazer e isso parte da iniciativa privada. Fica esta sugestão para o Executivo solicitar à Infraestruturas de Portugal a colocação desta sinalização. A pretensão é minha, portanto é uma proposta minha, mas aguardo até à próxima Assembleia Municipal que haja alguma resposta por parte da Infraestruturas de Portugal. Se não houver, então apresentarei uma proposta escrita para ser votada nesta Assembleia.”-

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para informar que “relativamente às transmissões on-line, tem sido feito algum trabalho a nível interno, foi feita uma proposta para alteração do Regimento, proposta essa que foi validada e que foi remetida ou vai ser remetida para a proteção de dados. Só depois da decisão da Comissão de Proteção de Dados, é que virá a esta Assembleia, para a respectiva aprovação. É necessário todos terem consciência de que terão que dar permissão ou não, para ser filmados. Também quem está no público, quem está na parte da comunicação social, têm que expressar a sua concordância ou não. É todo um trabalho que depois, conscientemente, temos que fazer. Muito obrigado.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “começando aqui pela intervenção do deputado municipal Christophe Coimbra, quero agradecer as palavras que deixou relativamente a este evento 100% Arganil, a nossa Feira das Freguesias, e aproveitar para manifestar aqui também o meu agradecimento às Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia que se associaram a este importante evento de promoção e de afirmação de cada uma das aldeias, de cada uma das freguesias do nosso concelho, algo que só podemos assinalar. E quero também agradecer a todas as colectividades, aquelas que voluntariamente dedicaram o seu tempo a este evento; as colectividades que são uma entidade abstracta, mas cada um dos seus membros, cada um dos seus sócios ou amigos que, de uma forma voluntária, se associou a este evento e que contribuíram para a afirmação e para a grandeza que ele conseguiu mais uma vez confirmar nesta edição de 2024. E falando de colectividades, e não querendo repetir aquilo que o Senhor Deputado disse, apenas relembrar que de 2022 para 2023 e vai ser assim também de 2023 para 2024, o puro reporte de 2022, para não haver dúvidas de matemática, mas concretizámos um aumento de apoio às nossas instituições que ultrapassou os 70%. Portanto, há efectivamente um grande voto de co-responsabilização, mas ao mesmo tempo também de respeito e de consideração para com as nossas associações, com as colectividades que trabalham principalmente na área da cultura e do desporto, que viram, com uma ou outra excepção que não cumpria os tais critérios que são rigorosos e que são inequívocos, mas, tirando essas duas situações, todas as outras colectividades viram os recursos, os meios que têm à sua disposição aumentados de forma bastante assinalável. Relativamente à área de localização empresarial da Relvinha, quero reforçar aquilo que tenho dito desde a primeira hora. O futuro do nosso concelho passa por aquele projecto. É um projecto que é reconhecido por quase todos, que suscita admiração e até alguma inveja por todos aqueles que estão à nossa volta e não só à nossa volta e que naturalmente, após a conclusão daquela infra-estruturação, tem tido da nossa parte também um trabalho sério e rigoroso como deve acontecer nestes processos. Nós sabemos que há muitas metodologias de actuação em relação a esta área. É fácil lançar umas notícias e vêm dez investimentos e cinquenta empresas e depois não aparece nada. Vemos isso por tantos locais do nosso país. Essa não é a nossa forma de trabalhar, como haverão de reconhecer. Portanto, nós quando trazemos as informações, trazemo-las quando temos certeza que as coisas vão acontecer. Tem sido assim desde a primeira hora, os anúncios são de notícias, não são de intenções e é assim que continuaremos a trabalhar. Isto para sublinhar o papel de diplomacia económica que temos vindo a fazer nesta área, temos recebido algumas empresas, alguns empreendedores, temos projectos que nos parece que estão bem encaminhados, temos neste momento 3 ou 4 lotes, penso que são 4, que estão no procedimento de hasta pública cujas propostas estão em fase da apresentação, que haverão de ser abertas durante a próxima semana. Quero crer que teremos ali notícias bastante positivas. Mas o Senhor Deputado falou aqui de um aspecto que também é incontornável e que eu



Assembleia Municipal

não posso deixar de registrar. Aquilo que tem acontecido na temática dos quadros comunitários, naquilo que tem sido, nomeadamente a transição do anterior para o actual, tem sido algo verdadeiramente lamentável do ponto de vista daquilo que é a eficácia da máquina do Estado. Nós estamos neste momento, naquilo que tem a ver com o Quadro Comunitário 2030, a meio do quadro comunitário, os regulamentos foram publicados, os primeiros há pouco mais de meio ano e ainda não há candidaturas a serem apreciadas e decididas. Isso é algo que é assustador, é preocupante e é atentatório dos interesses do país. Isso sim é algo que merece a nossa crítica, porque isso está a atrapalhar, para ser generoso, está a atrapalhar não só o desenvolvimento de Arganil, mas o desenvolvimento do país. Não é possível que as entidades da administração central da máquina do Estado demorem tanto tempo para apreciar candidaturas. Porque aquilo a que isto nos leva é que o tempo útil para fazer seja inferior ao tempo da burocracia. Isto não acontece em nenhum país desenvolvido do mundo e, portanto, é algo que este Governo vai ter que corrigir e espero que o faça porque manter o percurso que tem vindo a ser trilhado é algo, volto a dizer, atentatório para os interesses do país e do nosso concelho, também em particular, que é o que nos preocupa. Quero afirmar a minha convicção relativamente a este projecto. Este projecto, a par daquilo que é a rede sólida de equipamentos que temos no concelho, que vai passar também por um processo de rebostecimento, a par com o processo da habitação, são decisões e são estratégias assertivas e que certamente vão ter resultados para o nosso concelho.-----
-----Sobre a intervenção do deputado Rodrigo Oliveira e sobre a questão da ETAR, não querendo ser maçador, mas tendo que o ser, lembrar que vos informei em tempos daquilo que foram os problemas que foram detectados muito precocemente naquela intervenção, lamentavelmente, problemas esses que nos surpreenderam, e que levaram, inclusivamente à realização de uma auditoria independente levada a efeito por uma entidade externa, que concluiu que o projecto de execução elaborado externamente, que padecia de graves erros de concepção, graves erros técnicos. E sobre esta matéria, dizer que nesta vertente está um processo judicial contra o projectista porque entendemos que o município tem que ser compensado não apenas pelos prejuízos económicos, mas também pelos prejuízos ambientais com que nos estamos a debater. Temos, naturalmente e independentemente dessa questão judicial, temos que resolver o problema. Também vos informei aqui em tempos que tentámos a via que nos parecia mais célere, um concurso de concepção e construção tomando por base aquilo que eram as conclusões da auditoria. Não houve nenhuma proposta válida. E, portanto, do ponto de vista legal, naquilo que tem a ver com a contratação pública, a consequência é a impossibilidade de haver concepção/construção, portanto a obrigatoriedade de, num primeiro momento, contratar o projecto de execução e, num segundo momento, submeter, lançar o concurso público para a parte da empreitada. Sobre o projecto de execução, o respectivo contrato foi assinado por estes dias, foi já esta semana que foi assinado e agora temos 90 dias para a apresentação do projecto, e depois com o projecto



Assembleia Municipal

avançar para o processo da empreitada. Dizer ainda, e em paralelo a estas duas primeiras situações que referi, que continuamos a verificar que algumas empresas não cumprem com as regras que estão estabelecidas no regulamento que foi aprovado por este órgão, situação que já desencadeou a aplicação de algumas contra-ordenações, porque este aspecto, este cumprimento por parte das empresas é algo que também é essencial para que isto possa funcionar de uma forma adequada. Por último, dizer também que se adensa ainda mais porque vimos a registar a montante da ETAR e, portanto, é num pequeno espaço, mas vimos a registar esporadicamente algumas descargas ilegais que nem sequer passam pela ETAR e cuja origem ainda não conseguimos identificar, mas é algo que contribui também para a situação ambiental com que nos estamos ali a confrontar. Sobre a Relvinha e as questões que colocou, já referi há pouco, reafirmar apenas aquilo que entendo como sendo, e não vou estar a repetir, apenas porque estou com 10 minutos e tenho aqui muitos assuntos para abordar, mas reforçar apenas que é um dos projectos estratégicos para o concelho, como tenho dito desde a primeira hora e continuo a dizer. Sobre o teatro Alves Coelho dizer-lhes que temos neste momento as condições, do ponto de vista daquilo que são os financiamentos, pelo menos numa candidatura que esse processo está relativamente estabilizado, independentemente da porta por onde a candidatura vai entrar, uma delas já dará uma solução para financiar esta intervenção, pelo menos em parte. E aquilo que fizemos, como fazemos sempre nesse encadeamento, fomos forçados, e esta é a parte aborrecida destes processos, fomos forçados a visitar o projecto de execução, que como sabem foi elaborado e aprovado em 2019. Aprovado por todas as partes e pela Câmara Municipal. De 2019 para cá o mundo como sabem mudou, os preços alteraram-se, muita legislação relacionada com o edificado também foi alterada, nomeadamente a legislação relacionada com as questões da eficiência energética e as questões sísmicas, aquilo que são as características dos equipamentos também mudaram de uma forma significativa, e portanto estamos nesta fase em revisão de projecto, naquilo que tem a ver com todas estas componentes, porque a par de aquilo que referi há ainda mais duas obrigadoriedades que resultam expressamente do actual quadro comunitário onde pretendemos submeter esta candidatura, uma delas relacionada com a reutilização de materiais, outra com a questão energética, mas numa componente mais sólida, e portanto são janelas ou crivos mais apertados e que temos que cumprir também do ponto de vista das intervenções. Resumindo, estamos neste momento na fase de revisão do projecto, aquilo que os projectistas nos dizem é que deverão demorar sensivelmente 4 meses para concluir este processo e logo que esta revisão esteja concluída, lançaremos o correspondente processo de empreitada, em primeiro lugar à reunião de Câmara para apreciação e aprovação e depois ao mercado e, portanto, é este o horizonte temporal que perspectivamos para esta situação. Sobre aquilo que tem a ver com as redes cicláveis urbanas, como lembrou, a candidatura que apresentámos não teve financiamento, este quadro comunitário não prevê



Assembleia Municipal

financiamento para este tipo de intervenções, dizer-lhe e lembrar que o nosso concelho, contrariamente àquilo que diz, tem muitas vias cicláveis, é de onde todos nós andamos de bicicleta, que percorremos o nosso concelho, é pelas vias que existem; pode dizer que não são vias dedicadas só para bicicletas, mas são vias cicláveis.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado José Miguel Marques, agradecer as palavras que deixou relativamente às praias e zonas de lazer, o apontamento que fez em relação à Peneda da Talhada e portanto fica hoje aqui também o reforço no convite para a respectiva inauguração para todos podermos perceber se afinal aquela obra está ou não concluída.-----

-----Sobre a intervenção da senhora deputada Maria José Silva, e acerca das invasoras do Rio Alva, é um problema que é crítico em vários pontos do nosso território, no nosso concelho, particularmente no concelho de Montemor-o-Velho, em Coimbra tem alguns apontamentos também e na Figueira, no Trouço do Mondego na Figueira também. É uma coisa chamada Ludevígia, já consegui decorar este nome. Aquilo que nós fizemos, Arganil e os demais concelhos que referi, foi sinalizar à Comunidade Intermunicipal a pretensão de levarmos a efeito uma candidatura conjunta a uma linha de financiamento para estas intervenções. Essa candidatura foi aprovada. As intervenções estavam já contratadas há algumas semanas ainda não tinham tido início porque no nosso caso o caudal do Alva ainda era significativo e não era compatível com as intervenções, mas elas tiveram lugar não no terreno, portanto no terreno não há movimentações, mas na água tiveram início na semana passada e portanto estes trabalhos para o controlo desta invasora estão actualmente a decorrer.-----

-----Sobre a intervenção do deputado Raul Martins e para não repetir aquilo que já disse, apenas aqui reforçar esta ligação entre a ULS e o nosso SUB, ou melhor, esse é um aspecto muito positivo desta reforma que aconteceu, o SUB sendo uma resposta integrada na Rede Nacional de Urgência e de Emergência Médica, no nosso caso nunca esteve integrado nem na tutela de quem devia estar, que era anteriormente no Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra e portanto havia aqui uma tutela um bocado estranha e um bocado até à margem daquilo que era o figurino legal ou que era o figurino legal que era a ARS. Com esta reconfiguração há efectivamente aqui uma tutela inequívoca que não é crítica naquilo que tem a ver com as instalações, ou não é muito crítica naquilo que tem a ver com as instalações, mas é crítica desde logo em coisas tão importantes como sejam os médicos. E portanto, naturalmente, que quando isto é gerido de uma forma integrada do ponto de vista dos cuidados médicos, do ponto de vista dos meios complementares de diagnóstico, quer sejam dos raios-x, quer sejam das análises, isto passa a ter outra coerência e permite que coisas como têm acontecido aqui deixem, potencialmente num curto prazo de acontecer, como é aquela situação, ou aquela circunstância de algumas pessoas fazerem aqui um raio-x, de ficar a dúvida porque quem faz a análise ou quem verifica o exame são médicos aqui que não têm expertise para



Assembleia Municipal

perceber o que é que muitas vezes aquele exame aponta e, na dúvida, enviam para Coimbra para ser feito novamente um raio-x. Num horizonte temporal curto, esta comunicação fica concretizada e, portanto, as imagens passarão a ser visualizadas remotamente, serão profissionais da área que, remotamente, farão depois também os respectivos relatórios. Essa articulação fica muito consolidada com esta nova solução organizativa de ponto de vista da calendarização, já referi há pouco e espero que seja um processo que decorra com a normalidade que temos prevista, com a certeza, porém, que o nosso horizonte temporal para ter esta infra-estrutura a funcionar em Maio de 2026, é o calendário do plano de recuperação e resiliência.-----

-----Sobre a intervenção do Senhor deputado António João Lopes, apenas dizer aqui que se há algo que caracteriza os territórios rurais por contraponto aos territórios urbanos, às cidades, é efectivamente um olhar muito mais humano, uma perspectiva de entreaajuda muito mais presente entre as pessoas. A situação que aconteceu no Sarzedo, não sei se depois o senhor Presidente da Junta pretende também acrescentar alguma coisa, tem a ver com algo que foi inesperado e portanto aquilo que as pessoas, que a vizinhança julgavam era que o filho que está na Grande Lisboa teria vindo buscar o pai, era esse o entendimento que existia na aldeia e esta verificação, por incrível que pareça, foi ocasional, foi circunstancial, diria mesmo que foi fortuita, porque aconteceu na sequência de uma queixa de um vizinho relativamente a infiltrações que estavam a ser causadas pela habitação deste idoso, houve um processo para uma vistoria levada a efeito pela Câmara Municipal e foi na sequência desta vistoria da Câmara que depois foi desencadeada esta situação que a todos os títulos nos deixou bastante constrangidos. Dizer apenas em relação a outro tema, que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal já referiu, a questão do cabrito, dizer que temos um óptimo exemplo que espero que consiga crescer nos Cepos, um cabril com 40 cabeças, mais os cabritos que todos os anos nascem, dizer apenas que aqui em tom de brincadeira que há um senhor professor do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa que diz que uma das causas dos incêndios é que muitos portugueses estão a optar por guacamole ao invés de comer em cabrito. É talvez uma das causas de facto para que isso aconteça. Ainda assim, é um percurso que está a ser trilhado, é um bom exemplo que temos aqui no nosso concelho.-----

-----Sobre a intervenção do Senhor Presidente da Junta do Piódão e naquilo que me apraz comentar apenas dizer que o Senhor Presidente já sentiu na sua pele aquilo que são às vezes as iniciativas mais ou menos temerárias de entendermos que podemos fazer aquilo que nos apetece, à margem das entidades oficiais e, portanto, uma contra-ordenação com que foi confrontado é algo com que nós não nos queremos confrontar também nestas intervenções. A Agência Portuguesa do ambiente bloqueou a pretensão que tínhamos nesta intervenção de termos sanitários públicos e resta-nos, embora de uma forma que não compreendemos, mas resta-nos aceitar aquilo que é uma decisão de uma entidade com competência nesta matéria. Agora, quero reafirmar aquilo que é o nosso propósito de tornar aquele espaço ainda



Assembleia Municipal

mais digno, mais importante, mais visitado e mais reconhecido nas condições que oferece a todos aqueles que nos visitam.-----

-----Sobre a intervenção do Senhor Deputado Ricardo Pereira, dizer-lhe apenas que sobre aquilo que será a receita da APPACDM com a recolha dos recicláveis, não consigo informar, mas basicamente, é um preço unitário por tonelada de materiais recolhidos.-----

-----Sobre a intervenção do Senhor deputado Bruno Costa, agradecer também as palavras que deixou, de facto é muito significativo que esta intervenção que levámos a efeito na praça e no largo do Piódão e no posto de turismo tenha ficado distinguida em sete finalistas de um conjunto de 362 obras levadas a efeito, que foram candidatas a este prémio em toda a Europa. Este é o prémio de arquitectura mais importante da Europa, o prémio Mies van der Rohe, aliás que tem também a chancela e a parceria da Comissão Europeia e ficamos naturalmente muito satisfeitos por perceber este reconhecimento. E este agradecimento que foi ontem comunicado da intervenção no Piódão ter saído vencedora do prémio ibérico da arquitectura na categoria cidade e paisagem, é algo que também vem consolidar aquilo que é o entendimento que já tínhamos em relação a esta intervenção que ficará marcada nos livros como arquitectura invisível, ao contrário de outra tanta que faz continuar a fazer questão de deixar uma marca pouco indelével por onde passa.--

-----Sobre a intervenção do Senhor Deputado Municipal Luís Gomes, dizer que cuidarei de articular com a Infraestruturas de Portugal, dizer que relativamente às duas situações que aponta, tenho pouca expectativa relativamente a uma outra sinalização sobre o Piódão, sobre uma via alternativa ou várias vias alternativas para chegar ao Piódão, esse foi um processo que foi amplamente discutido do ponto de vista técnico entre as aldeias históricas de Portugal e a Infraestruturas de Portugal, mas esse dossiê ser-lhe-á também reencaminhado; sobre a Barragem das Fronhas parece-me que é um apontamento perfeitamente plausível e faremos também essa sinalização. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo** para dizer que “relativamente ao caso do Sarzedo, gostava de dizer ao senhor deputado que foi triste, acho eu para toda a Assembleia, sentir que há um caso destes no nosso concelho. Mais triste é para mim quando sou Presidente da Junta e sinto o que é ser Presidente da Junta na minha freguesia. Foi um caso que ocorreu há meses, e que o senhor ressuscitou, mas se calhar e bem. Isto também acontece em Lisboa, em sítios onde as pessoas sobem e deixem escadas nos prédios, nos apartamentos e as pessoas também lá estão vários anos, e não foram quatro, foram cinco. Agora, passados uns meses, o senhor deputado trazer este assunto aqui novamente, acho que devia ter algum conhecimento prévio. O Senhor Presidente da Assembleia falou, e bem, que existe uma junta de freguesia, que existe uma casa de apoio. Se quiser posso dar-lhe o meu número pessoal, porque é o que existe, para quando tiver uma dúvida relativamente ao Sarzedo perguntar, porque o Sarzedo não



Assembleia Municipal

é uma aldeia diferente de todas as outras. A povoação é muito concentrada, mas tem muitas casas vazias. E quem conhece o caso sabe que não há casas habitadas ao redor da habitação em causa, pois a rua tem movimento, mas é de veículos, não é de pessoas. Também o local onde o corpo se encontrava, não havia grandes possibilidades de alguém se aperceber. Foi muito tempo, porque também não havia contacto nenhum, nem familiar, nem de amizades. A própria pessoa foi assim que escolheu a sua vida. Foi assim que gostava de estar, sempre reservado, varria a rua junto à sua habitação, porque ainda era daqueles conscientes que varria a sua entrada da casa, ao contrário de muitos hoje que acham que têm de ser as juntas de freguesia a fazer o serviço; ele fechava-se dentro de casa quando via alguém a aproximar-se e só depois é que saía novamente. Portanto, era uma pessoa que tinha muito pouco contacto com o próximo. As pessoas a quem ele dava algumas coisas que vinha recolher ao supermercado Lidl, deixaram de o ver e toda a gente disse que foi o filho que o veio buscar, é o mais natural. Não tinha contacto com o filho, mas chegando a uma certa idade, acho que todos nós nos devemos lembrar de quem pelo menos nos trouxe ao mundo. Não é que foi pai, mas pelo menos nos trouxe ao mundo. E toda a gente acreditava nisso. Portanto, é triste sim, mas há casos e casos. E primeiro devemos ter conhecimento das coisas. Muito obrigado.”-----

ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta nº 2/2024**, correspondente à sessão ordinária realizada no dia **25 de Abril**.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções e 25 votos a favor, aprovar a acta nº 2/2024, correspondente à sessão ordinária realizada no dia 25 de Abril.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEGUNDO: Conselho Municipal de Saúde** – Proposta para Eleição do Presidente da Junta de Freguesia representante das freguesias do Município e proposta para Aprovação do Regimento, respectivamente nos termos da alínea c) do nº 1 e do nº 4 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de Janeiro.-----

-----Foi apresentada, pela bancada do Partido Social Democrata, uma proposta designada de “Lista A”, indicando o nome do senhor Presidente da Freguesia de Pombeiro de Beira, Víctor Manuel Rodrigues Pedroso.-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 22 votos a favor, 4 votos em branco e 1 voto contra, eleger o Presidente da Freguesia de Pombeiro da Beira, Vítor Manuel Rodrigues Pedroso, como representante das freguesias do Município no Conselho Municipal de Saúde, bem como aprovar o Regimento do CMS, respectivamente nos termos da alínea c) do nº 1 e do nº 4 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de Janeiro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação da proposta da **Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Arganil, relativo ao ano de 2024**, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, conjugado com a alínea o) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.---

-----Presente a Proposta da Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Arganil, relativo ao ano de 2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 26 votos a favor, aprovar a Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Arganil, relativo ao ano de 2024, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, conjugado com a alínea o) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia propôs que os pontos quarto ao sétimo fossem apreciados em conjunto, tendo todos concordado com a proposta.**-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/132/2024, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Conforme solicitado por V. Exa., informo que, de acordo com o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (adiante RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias cabe à Assembleia Municipal.-----

-----Neste sentido e conforme o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, compete à Câmara Municipal apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e uniões de freguesias, pelo que se



Assembleia Municipal

remete a V. Exa., para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, as minutas dos protocolos de cooperação (contratos programa) a celebrar com as Freguesias de Benfeita, Pomares, Secarias e com a União de Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista às comparticipações financeiras para assistência a banhistas das praias fluviais, no valor total de 19.390,95€ (dezanove mil trezentos e noventa euros noventa e cinco cêntimos), para as quais existe dotação disponível no orçamento municipal na rubrica 04050102 – Freguesias, conforme informação de cabimento anexa, contendo as cláusulas que neles deverão ficar consignadas, destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----

-----Objeto e valor das comparticipações:-----
---Freguesia de Benfeita: Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial da Benfeita: 2.597,76€ (dois mil quinhentos e noventa e sete euros setenta e seis cêntimos);-----
---Freguesia de Pomares: Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial de Pomares: 4.081,14€ (quatro mil oitenta e um euros e catorze cêntimos);-----
---Freguesia de Secarias: Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial da Cascalheira - Secarias: 7.516,53€ (sete mil quinhentos e dezasseis euros cinquenta e três cêntimos);-----
---União de Freguesias de Côja e Barril de Alva: Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial de Coja: 5.195,52€ (cinco mil cento e noventa e cinco euros cinquenta e dois cêntimos).-----
-----Prazo de vigência: Data da assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes.-----
-----Pagamento: 100 % do valor até 30 (trinta) dias após o cumprimento total do objeto do contrato e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.-----
-----Prazo de cumprimento: 60 dias.-----
-----Incumprimento: A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos.-----
-----Acompanhamento e controlo: O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----
-----Anexam-se as minutas dos contratos programa e informações de cabimento e compromisso.-----
-----À Consideração Superior,-----

-----**QUARTO: Celebração de Contrato Programa com a Freguesia de Benfeita,** com vista a participar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2024, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 26 votos a favor, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/132/2024, aprovar a



Assembleia Municipal

celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Benfeita, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2024, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUINTO: Celebração de Contrato Programa com a Freguesia de Pomares**, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2024, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 26 votos a favor, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/132/2024, aprovar a celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Pomares, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2024, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEXTO: Celebração de Contrato Programa com a Freguesia de Secarias**, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2024, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 26 votos a favor, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/132/2024, aprovar a celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Secarias, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2024, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SÉTIMO: Celebração de Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva**, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2024, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 26 votos a favor, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/132/2024, aprovar a celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na



Assembleia Municipal

freguesia – época balnear de 2024, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO: Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Abril de 2024 e 31 de Maio de 2024, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/147/2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Abril e 31 de Maio de 2024, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/DAGF/147/2024).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO: Para conhecimento** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----

-----Presentes o Relatório Financeiro, bem como o Relatório de Actividades, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2024 a 31/05/2024 e do Relatório de Actividades, correspondente ao período de 01/04/2024 a 31/05/2024.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

ENCERRAMENTO



Assembleia Municipal

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram doze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----
